



**MESTRADO**  
**CIÊNCIAS EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**MECANISMOS DE RESOLUÇÃO NA BANCA. ANÁLISE  
COMPARATIVA DO ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO NA  
EUROPA E NOS EUA.**

**PEDRO MIGUEL DE JESUS MORGADO**

**JUNHO - 2015**



**MESTRADO**  
**CIÊNCIAS EMPRESARIAIS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

MECANISMOS DE RESOLUÇÃO NA BANCA. ANÁLISE  
COMPARATIVA DO ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO NA  
EUROPA E NOS EUA.

PEDRO MIGUEL DE JESUS MORGADO

**ORIENTAÇÃO:**

JOSÉ MANUEL DIAS LOPES

JUNHO - 2015

**RESUMO**

O presente trabalho começa por analisar algumas das causas da grande crise de 2008, que, como consequência, obrigou a União Europeia e os EUA a elaborarem novos quadros regulatórios de combate a futuras crises. Assim, o foco centra-se nos dois novos quadros regulatórios destas duas grandes áreas económicas, e que são basilares para a resolução da crise e prevenção de futuras crises: a União Bancária da Europa e a Lei *Dodd-Frank* dos Estados Unidos. O estudo é feito na tentativa de se perceberem as principais modificações em relação aos anteriores registos, e dá particular enfoque ao Risco Sistémico e à Proteção dos Clientes, dois dos fatores mais importantes e delicados aquando de uma crise. De seguida é realizada uma análise comparativa dos dois enquadramentos regulatórios.

Conclui-se que, apesar de ainda existir um longo caminho a percorrer, e das diferenças notórias entre estas duas grandes áreas monetárias, o trajeto está a seguir a direção correta, na tentativa de se virem a evitar futuras crises, e mais importante, evitar crises com repercussões sistémicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise 2008, União Bancária, Dodd-Frank, Risco Sistémico, Proteção dos Clientes

**ABSTRACT**

This paper analyses some of the causes of the big 2008 crisis, that as a consequence forced the European Union and the USA to elaborate new regulatory frameworks to combat new crises. Thus, the focus is directed to the two new regulatory frameworks of these two large economic areas, which are fundamental to the resolution of the crisis and prevent future crises: the Banking Union of Europe and the Dodd-Frank Act from United States. The study is conducted in an attempt to understand the principal changes relating to previous registrations, giving a particular focus to the Systemic Risk Board and the Customer's Protection, two of the most important and delicate factors when there is a crisis. After that, is made a comparative analysis of both regulatory frameworks. Concluding, although there is still a long way to go, and the notorious differences between these two big currency areas, the path is following the right direction, in order to combat future crises, and most important, avoid crises with systemic repercussions.

**KEY-WORDS:** 2008 Crisis, Banking Union, Dodd-Frank, Systemic Risk, Customer's Protection

**AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, queria agradecer ao meu orientador Prof. Dr. José Manuel Dias Lopes, por toda a dedicação demonstrada ao longo deste ano, onde desde o primeiro momento mostrou total disponibilidade e me elucidou dos melhores caminhos a serem tomados para que o trabalho final chegasse a bom porto.

Em segundo lugar, agradecer aos meus pais por me terem sempre acompanhado neste trajeto e por me darem a possibilidade de conseguir concretizar mais um objetivo no meu percurso académico.

Agradecer também aos meus irmãos, familiares, amigos e, em particular, à minha namorada, por, mesmo nos momentos mais difíceis, estarem sempre presentes, dando-me a força necessária para continuar esta caminhada.

E por fim, agradecer a todo o corpo docente do ISEG, que ao longo destes dois anos contribuiu com noções importantes e basilares, que projetarei e levarei comigo para o futuro e para uma nova etapa que se avizinha, com a entrada no mercado de trabalho.

**ÍNDICE**

<b>CAPÍTULO I - PROBLEMÁTICA EM ESTUDO .....</b>	<b>1</b>
1.1 – INTRODUÇÃO.....	1
1.2 – DESENHO E ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO .....	3
<b>CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>4</b>
2.1 – A CRISE DE 2008.....	4
2.2 – A RESOLUÇÃO BANCÁRIA E OS DIFERENTES EDIFÍCIOS LEGISLATIVOS .....	6
2.2.1 – O EDIFÍCIO LEGISLATIVO EUROPEU .....	8
2.2.1.1 – A BRRD .....	10
2.2.1.2 – O SRMR .....	13
2.2.2 – O EDIFÍCIO LEGISLATIVO AMERICANO (DODD-FRANK) .....	15
2.2.2.1 – TÍTULO I .....	16
2.2.2.2 – TÍTULO II .....	19
2.2.2.3 – OUTROS TÍTULOS .....	20
<b>CAPÍTULO III – METODOLOGIA E DADOS .....</b>	<b>21</b>
3.1 – METODOLOGIA GLOBAL .....	21
3.1.1 – TIPO DE ESTUDO .....	21
3.1.2 – QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO .....	21
3.2 – METODOLOGIA APLICADA NO ESTUDO TEÓRICO .....	22
3.3 – METODOLOGIA DO ESTUDO EMPÍRICO .....	22
3.3.1 – OBJETO DO ESTUDO .....	22
3.3.2 – INSTRUMENTOS DE MEDIDA .....	23
<b>CAPÍTULO IV – ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>24</b>
4.1 – OS MECANISMOS DE RESOLUÇÃO .....	24
4.1.1 – A PROTEÇÃO DOS CLIENTES .....	24
4.1.2 – O RISCO SISTÉMICO .....	29
4.2 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS ENQUADRAMENTOS REGULATÓRIOS .....	32
<b>CAPÍTULO V – CONCLUSÕES.....</b>	<b>35</b>

Pedro Morgado	MECANISMOS DE RESOLUÇÃO NA BANCA. ANÁLISE COMPARATIVA DO ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO NA EUROPA E NOS EUA	V
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>38</b>
<b>ANEXOS .....</b>		<b>42</b>

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO BANCÁRIA.....	12
---	----

**LISTA DE TABELAS**

TABELA I – OS TRÊS PILARES DA UNIÃO BANCÁRIA .....	9
TABELA II – SIFIs .....	16
TABELA III – AS COBERTURAS DO FDIC .....	26
TABELA IV – DEFINIÇÕES DE RISCO SISTÊMICO .....	29
TABELA V – COMPARAÇÕES ENTRE REFORMAS .....	34
TABELA VI – FASES DA GESTÃO DE CRISES BANCÁRIAS .....	42
TABELA VII – ESTUDOS DE NATUREZA QUALITATIVA .....	43



**LISTA DE SIGLAS**

BCE – Banco Central Europeu

BRRD – Bank Recovery and Resolution Directive

CDs – Certificates of Deposit

CFPB – Consumer Financial Protection Bureau

CMS – Compliance Management Systems

DFA – Dodd-Frank Act

EM – Estados-Membros

ESRB – European Systemic Risk Board

EUA – Estados Unidos da América

FDIC – Federal Deposit Insurance Corporation

FED – Federal Reserve

FRB – Federal Reserve Board

FSB – Financial Stability Board

FSOC – Financial Stability Oversight Council

MMDA – Money Market Deposit Accounts

NOW – Negotiable Order of Withdrawal

OCC - Office of the Comptroller of the Currency

OLA – Orderly Liquidation Authority

PIB – Produto Interno Bruto

SIFI – Systemically Important Financial Institutions

SRB – Single Resolution Board

SRF – Single Resolution Fund

SRM – Single Resolution Mechanism

SRMR – Single Resolution Mechanism Regulation

SSM – Single Supervisory Mechanism

UE – União Europeia

YSPs – Yield Spread Premiums

## I - PROBLEMÁTICA EM ESTUDO

### 1.1 INTRODUÇÃO

A grande crise de 2008, consequência do colapso económico-financeiro norte-americano - com a crise do *Subprime* e consequente queda de um dos maiores bancos do mundo: *Lehman Brothers* - apresenta contornos que nenhuma outra crise até então tinha presenciado, fruto de todos os desenvolvimentos globalmente sentidos e que foram sendo satisfeitos ao longo das últimas décadas, como o grande aumento da interconectividade, a nível nacional e internacional, entre os mercados financeiros, promovendo operações transfronteiriças a uma escala mundial, mostrando assim que, esta crise, com raízes nos sistemas financeiros complexos, se propaga principalmente por meio de conexões financeiras internacionais.

Ao longo das últimas décadas, na União Europeia, realizaram-se progressos no sentido de se criar um mercado interno para os serviços bancários. Um mercado interno dos serviços bancários mais integrado é essencial para a promoção do crescimento económico e para um consequente e adequado financiamento da economia real. Contudo, a recente crise económica e financeira demonstrou que o funcionamento do mercado interno, está, neste domínio, ameaçado, existindo um risco cada vez maior de fragmentação financeira. Todo este cenário suscitou muita preocupação, num mercado interno que proporcionava aos bancos condições para se desenvolverem atividades transfronteiriças significativas. Os mercados interbancários tornaram-se menos líquidos, e as atividades bancárias transnacionais têm vindo a diminuir devido ao receio de contágio, à falta de confiança noutros sistemas bancários nacionais e à consequente incapacidade dos Estados-Membros apoiarem os bancos (Parlamento Europeu e Conselho, 2014a).

Assim, são notórias as divergências entre as regras nacionais de resolução nos diferentes Estados-Membros e as correspondentes práticas administrativas, bem como a falta de um processo de tomada de decisões unificado, contribuindo em grande escala para uma falta de confiança e instabilidade dos mercados, uma vez que não garantem nenhuma previsibilidade quanto a um eventual resultado de uma situação de insolvência bancária (Parlamento Europeu e Conselho, 2014a).

É no sentido de se perceberem todas as transformações que vêm a ser efetivadas ao longo dos últimos anos, de combate às consequências adversas provocadas pela crise, que se estuda no presente trabalho, os novos quadros regulatórios provenientes de duas grandes áreas monetárias: A União Europeia e os EUA.

Os dias que correm, em certa medida marcados pela grande crise de 2008, que Portugal, a Europa e o mundo enfrentam, trazem consigo temas e soluções que vão tentando, aos poucos e poucos, transformar o paradigma a que se foi assistindo ao longo dos últimos quase 10 anos.

Assim, o tema escolhido, demonstra ter elevada importância, na medida em que permitirá perceber a atual situação das instituições financeiras no mundo, e de que forma se vão solucionando os problemas que pelo caminho vão sendo encontrados. Com base nisso, analisam-se duas novas leis, lançadas no pós-crise, relativas à Europa e EUA, respetivamente, na tentativa de se perceber as novas soluções e as novas preocupações no combate a crises futuras.

## **1.2 DESENHO E ESTRUTURA DA INVESTIGAÇÃO**

Como consequência da crise financeira, houve a necessidade de se fazerem revisões ao enquadramento regulatório. Assim, e numa primeira fase, faz-se um enquadramento dos acontecimentos mais relevantes da crise de 2008, tentando fazer um paralelo com alguns episódios presentes em crises anteriores, e, outros, que se mostram ser novos fatores na criação e amplificação da crise.

De seguida analisam-se os novos quadros regulatórios realizados na Europa e EUA após a crise, que vão ajudar na prevenção e resolução das instituições financeiras de uma forma precoce, para que não se venha a repetir a instabilidade e os desequilíbrios que se sentiram um pouco por todo o mundo.

Desta forma, o principal objetivo passa por perceber quais as principais transformações e as novas tendências destes novos regulamentos, fazendo também uma análise comparativa das duas legislações, na tentativa de verificar a presença de alguns mecanismos de resolução, que demonstrem que as atuais preocupações estão voltadas para o Risco Sistémico e para a Proteção dos Clientes/Depositantes.

## II – REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 A CRISE DE 2008

A recente crise financeira caracterizou-se por uma série de fatores, sendo alguns comuns às crises financeiras anteriores, e outros, novos.

Deste modo, algumas destas características ficaram facilmente reconhecíveis (pelo menos *ex-post*) como avisadores clássicos de que uma crise bancária poderia estar por eclodir, uma vez que se assemelhavam a fatores presentes em crises anteriores, como os aumentos acentuados nos preços dos ativos, os “*booms*” de crédito que levaram a um endividamento excessivo, ou mesmo o acumular de empréstimos marginais e o risco sistémico (Reinhart e Rogoff, 2009).

A subida dos preços das casas acentuaram antes da crise, sendo que, em muitos países, acompanhando a subida de preços dos ativos, veio o rápido crescimento do crédito. Estes episódios de rápido crescimento do crédito tendem a coincidir com grandes flutuações cíclicas da atividade económica (Claessens *et al*, 2009). Historicamente, a probabilidade de uma crise aumenta com um “*boom*”, e tanto quanto maior for o tamanho desse “*boom*” e da sua duração, mais longa será a crise subsequente (Barajas *et al*, 2009).

Por outro lado, a crise também teve alguns elementos que não foram detetados em crises anteriores, como os cada vez mais sofisticados intermediários financeiros, o aumento da interconetividade entre os mercados financeiros, tanto a nível nacional como internacional, e o papel proeminente do endividamento das famílias. Desta forma, os novos recursos desempenharam um papel crítico na gravidade e amplitude desta crise, especialmente no que diz respeito à sua transmissão e amplificação, complicando as respostas políticas (Claessens *et al*, 2010).

Por outras palavras, a grande dependência de financiamento por grosso e de curto prazo em muitos países avançados ou emergentes, criaram uma fragilidade sistémica. Um choque relativamente pequeno acionou rapidamente uma grave escassez de liquidez. Os problemas de seleção adversa decorrentes da opacidade do balanço levaram ao congelamento dos mercados interbancários e desencadearam “vendas de incêndio” (“*fire sales*”) através de um processo vicioso de desalavancagem. A interconectividade das *wholesale-funding-dependent* (empresas financeiras muito dependentes de capitais externos, que estão num mercado de intermediação), altamente alavancadas, amplificaram os problemas e atuaram como mecanismos de transmissão para o resto dos sistemas financeiros nacionais. A presença de um alto grau de integração financeira, maior do que no passado, refletida em grandes posições transfronteiriças e numa grande presença de intermediários estrangeiros em vários sistemas bancários, transmitiu, de uma forma rápida, vários choques financeiros através das fronteiras e por via de diversos canais (Brunnermeier, 2009).

As exposições diretas aos ativos americanos, nos quais se associaram os problemas de financiamento, vieram criar problemas que transbordaram para os bancos europeus. Como intermediários incomodados, foram forçados à desalavancagem, fazendo com que a crise se fosse espalhando gradualmente para outros mercados, em semelhança com crises anteriores (Claessens *et al*, 2010).

Os eventos adversos sentidos a um nível global nos mercados financeiros a partir de meados de 2007 e intensificados em 2008, desencadearam a mais grave crise financeira desde a Grande Depressão, tanto em termos de custos económicos como no seu alcance geográfico. Quase todos os países avançados e a maioria dos principais mercados emergentes, experimentaram os altos níveis de *stress* financeiro e a redução da atividade

económica. No entanto, nem todos os países foram afetados ao mesmo tempo ou no mesmo grau. Alguns sofreram impactos principalmente através de rápidos *spillovers* financeiros e outros através do subsequente colapso no comércio internacional (Claessens *et al*, 2010).

A crise fez com que algumas entidades financeiras (como instituições de crédito ou empresas de investimento) passassem por grandes dificuldades, e desafiou a arquitetura existente na regulamentação dos serviços financeiros, bem como a supervisão na União Europeia (Quaglia, 2013).

## **2.2 A RESOLUÇÃO BANCÁRIA E OS DIFERENTES EDIFÍCIOS LEGISLATIVOS**

Após a crise, houve uma enorme onda de reformas na regulação financeira, sendo que uma das áreas onde se fez sentir esse esforço de nova regulação foi nos novos regimes de resolução bancária. O principal objetivo destes novos regimes, tanto na Europa como nos Estados Unidos, passa por combater o problema do “*too-big-to-fail*” e evitar que as autoridades e os decisores políticos tenham de enfrentar novamente o dilema de 2008, proporcionando-lhes a possibilidade - e os poderes - para conseguir resolver o problema de um banco em crise, incluindo bancos grandes, complexos e globais, sem recorrer a dinheiro público e sem provocar uma crise sistémica (Carmassi, 2015).

Na sequência do pedido G-20, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) trabalhou nos “*atributos essenciais dos regimes de resolução eficazes para as instituições financeiras*”. Esses atributos foram claramente destinados a colmatar as deficiências fundamentais dos regimes de resolução, destacadas pela crise financeira de 2008. O FSB

recomendou a todos os regimes de resolução que atingissem os seguintes objetivos (FSB, 2011):

1. Assegurar a continuidade dos serviços financeiros sistemicamente importantes e funções de pagamento, compensação e liquidação;
2. Proteger os depositantes, detentores de apólices de seguros e os investidores abrangidos pelos respetivos regimes;
3. Alocar perdas aos proprietários das empresas e credores sem garantia e sem seguro, de uma forma que respeite a hierarquia dos créditos;
4. Não contar com o apoio de solvência pública e não criar uma expectativa de que esse apoio estará disponível;
5. Evitar a destruição desnecessária de valor e, portanto, procurar minimizar os custos globais de resolução quer no país de origem da instituição, quer nos países com subsidiárias e, quando compatíveis com os outros objetivos, as perdas para os credores;
6. Fornecer uma resolução ordenada com celeridade, transparência e previsibilidade, tanto quanto possível, através de clareza jurídica, processual e de planeamento avançado;
7. Estabelecer um quadro de cooperação, de intercâmbio de informação e coordenação, a nível nacional e com as autoridades de resolução estrangeiras relevantes, antes e durante a resolução;
8. Assegurar que as empresas não viáveis podem sair do mercado de uma forma ordenada;
9. Ser credível, e, assim, melhorar a disciplina de mercado e fornecer incentivos para soluções baseadas no mercado.

O ambicioso conjunto de instrumentos e objetivos identificados pelo Conselho de Estabilidade Financeira foram tidos em conta pelos legisladores tanto na Europa como nos Estados Unidos, embora com diferenças relevantes (Carmassi, 2015).



### 2.2.1 O EDIFÍCIO LEGISLATIVO EUROPEU

As novas regras europeias em matéria de resolução de crises bancárias foram introduzidas através de dois diplomas legislativos fundamentais: a Diretiva para a Recuperação e Resolução dos Bancos (BRRD) e o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução (SRMR).

O principal objetivo da BRRD é a harmonização das regras de resolução dos bancos, bem como os seus procedimentos em todos os Estados-Membros (EM) da UE. Assim, a fim de criar condições de concorrência equitativas entre Estados-Membros, a BRRD exige que cada país adote um determinado conjunto de ferramentas e procedimentos de resolução. Ressalte-se que (ao contrário do SRMR) o âmbito de aplicação da BRRD abrange todos os Estados-Membros, incluindo, assim, uma chave de centro financeiro, como é o caso do Reino Unido (Parlamento Europeu e Conselho, 2014b).

É difícil estimar a importância do processo de harmonização, uma vez que os grandes grupos bancários europeus são instituições tipicamente transfronteiriças, com uma dimensão europeia e internacional, em vez de uma natureza simplesmente nacional: portanto, é essencial assegurar que os instrumentos e procedimentos de resolução atendam a alguns requisitos mínimos comuns a todos os Estados-Membros (Carmassi, 2015).

Por outro lado, o Mecanismo Único de Resolução (SRM) introduz um Sistema de Resolução de Bancos Europeus, tendo no seu núcleo um novo organismo europeu, encarregado das funções de resolução bancária - o Conselho Único de Resolução (SRB).

O SRM será um pilar fundamental do projeto da União Bancária, sendo que os outros dois pilares são o da Supervisão Europeia (através do mecanismo de supervisão individual) e as regras reforçadas de garantia de depósitos (por meio de uma nova diretiva

de garantia de depósitos). O âmbito de aplicação da SRM abrange apenas os Estados-Membros participantes no Mecanismo Único de Supervisão (SSM), que incluem todos os Estados-Membros da zona Euro, mais os Estados-Membros da UE que não pertençam à zona Euro, e que se queiram juntar de forma voluntária ao SSM (Parlamento Europeu e Conselho, 2014a).

A tabela abaixo apresenta uma visão geral dos três pilares da União Bancária: deve notar-se que, apesar do mecanismo Europeu introduzido para a supervisão e resolução - pelo menos para os países da área Euro e para os países que vão aderir voluntariamente à SSM – até ao momento, não foi introduzido nenhum mecanismo de garantia de depósitos centralizado (Carmassi, 2015).

**Tabela I – Os três pilares da União Bancária**

União Bancária		
1	2	3
<u>Mecanismo Único de Supervisão (SSM)</u>	<u>Bank Recovery and Resolution Directive (BRRD)</u> (todos os EM da UE harmonizados)	<u>Garantias de Depósito</u>
EM da zona Euro + EM da UE que não pertençam à zona Euro mas que se queiram juntar	<u>Mecanismo Único de Resolução (SRM)</u> + <u>Conselho Único de Resolução (SRB)</u> (todos os EM que pertençam ao SSM)	Todos os EM da UE harmonizados

Fonte: Carmassi (2015)

### 2.2.1.1 A BRRD

A Diretiva para a Recuperação e Resolução dos Bancos (BRRD) identifica três fases de gestão das crises bancárias (tabela V em anexo): 1) preparação e prevenção; 2) intervenção precoce e 3) resolução.

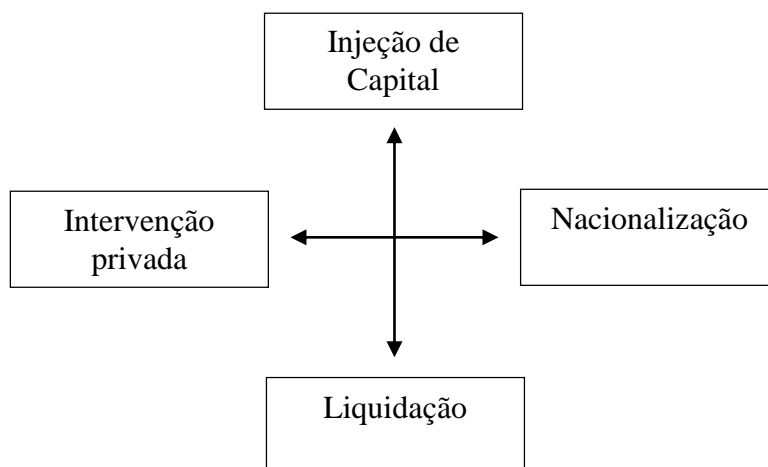
Se a alternativa passa pela resolução, os seus procedimentos devem ir ao encontro de princípios específicos da Diretiva BRRD (Parlamento Europeu e Conselho, 2014b): as perdas são suportadas em primeiro lugar pelos acionistas e depois pelos credores (exceto depositantes cobertos e investidores); as perdas para os credores não podem ser maiores do que as esperadas num processo de liquidação regular; os membros do órgão de administração são substituídos, salvo nos casos em que a manutenção total ou parcial dos mesmos seja considerada necessária para atingir os objetivos da resolução; devem ainda ser tomadas ações legais contra as pessoas responsáveis, para que se apurem as responsabilidades da falência da instituição.

Depois de iniciada a resolução de uma instituição, as autoridades podem adotar uma série de ações, dependendo das circunstâncias, que deverão ser abrangidas por instituições específicas. Prevêem-se assim quatro ferramentas principais, que podem ser aplicadas individualmente ou em qualquer combinação (Carmassi, 2015):

- Venda do negócio: as autoridades podem vender a totalidade ou parte do banco em dificuldades para outra instituição;
- Instituição ponte: os bons ativos e as funções-chave do banco são identificados, separados, e colocados num novo banco, o "banco-ponte", que será mais tarde vendido a outra entidade. O banco "velho", com as funções más ou não essenciais, será deixado para trás e liquidado sob procedimentos normais de insolvência;

- Separação de bens: os maus ativos do banco são colocados num veículo de gestão de ativos, a fim do balanço do banco ficar "limpo". Esta ferramenta pode ser usada apenas em conjunto com uma das outras ferramentas, a fim de evitar a sua exploração como recurso a auxílios estatais, e para garantir que o banco adota medidas de reestruturação;
- Bail-in: o banco é recapitalizado através de uma conversão dos instrumentos de dívida em capital, ou na redução do valor nominal dos credores, com os acionistas a serem eliminados. Esta ferramenta é projetada para preservar a viabilidade do banco, caso não se venha a encontrar nenhum adquirente, permitindo ao banco garantir a continuidade das funções e serviços essenciais, sem a necessidade de recorrer a fundos públicos. Assim, o *bail-in* permite que as autoridades e instituições ganhem tempo para a reestruturação, evitando um colapso imediato e potencialmente desestabilizador, fazendo com que o setor privado, e não os contribuintes, suportem os encargos financeiros.

Dando seguimento às ferramentas anteriormente faladas, é possível ordená-las enquanto estratégias entre dois eixos. Num primeiro eixo, se o banco deve ou não ser fechado, e num segundo, avaliar o grau de envolvimento das autoridades. Deste modo, os dois extremos no primeiro eixo revelam se há necessidade de uma injeção de capital para manter o banco aberto, sendo a estratégia oposta o encerramento do banco, vendendo os seus ativos. No outro eixo, o nível de envolvimento das autoridades pode variar, e assim, ou fica apoiado por intervenções privadas, ou é nacionalizado pelo Governo (Hoggarth *et al*, 2003). Assim, podemos encontrar quatro estratégias para uma resolução bancária, que vêm presentes na figura seguinte.

**Figura 1 – Estratégias de Resolução Bancária**Fonte: Hoggarth *et al* (2003)

Contudo, importa ainda saber de que forma é que, as instituições que necessitam de medidas de resolução, são financiadas. Para isso, o Título VII da BRRD, exige o estabelecimento de mecanismos de financiamento adequados, que, não devendo ser diretamente direcionados para salvar bancos, acionistas e credores, possibilitem e facilitem a implementação de ações de saneamento e de resolução (Carmassi, 2015).

Desta forma, o Fundo de Resolução só pode ser usado, caso os acionistas e credores tenham suportado perdas equivalentes a pelo menos 8% do total do passivo do banco em resolução (medida que inclui fundos próprios), sendo que a contribuição não pode exceder os 5% do total do passivo do banco (Parlamento Europeu e Conselho, 2014b).

No que respeita à dimensão dos fundos, foi estabelecida uma meta mínima, correspondente a 1% do montante dos depósitos cobertos de todas as instituições autorizadas no EM (a ser alcançado em 10 anos). Os bancos ficam obrigados a pagar contribuições *ex-ante* ao Fundo Nacional de Resolução, de acordo com o valor das suas responsabilidades, excluindo os fundos próprios e depósitos cobertos num perfil de risco. No entanto, em caso de necessidade, os bancos também podem ser chamados a pagar

contribuições extraordinárias *ex-post*. É também exigido aos EM que garantam disponibilidade de fontes alternativas, como empréstimos ou outras formas de apoio das instituições, para os Fundos de Resolução, caso as contribuições *ex-ante* e *ex-post* por parte dos bancos, se venham a mostrar insuficientes. Finalmente, e se a última medida se mostrar insuficiente, os fundos nacionais de resolução terão de interagir entre si no caso de uma resolução de um grupo bancário transfronteiriço (Parlamento Europeu e Conselho, 2014b).

#### 2.2.1.2 O SRMR

Muitas das disposições do Regulamento do Mecanismo Único de Resolução (SRMR) estão em plena sintonia com a BRRD, incluindo os objetivos e os princípios gerais de resolução, as três fases da gestão de crises bancárias e sua resolução, e as quatro principais ferramentas de resolução. No entanto, ao contrário da BRRD, o SRMR estabelece um mecanismo centralizado de resolução ao nível da UE, com o objetivo principal de remover espaço para a tolerância de controlo nacional, garantindo uma resolução atempada e eficaz dos bancos transfronteiras e minimizando a carga para os contribuintes (Carmassi, 2015).

O Conselho Único de Resolução (SRB) é uma autoridade independente, colocada no centro do Mecanismo Único de Resolução (SRM), sendo participada por todos os Estados-Membros (EM) que também participem no Mecanismo Único de Supervisão (SSM), garantindo assim a presença dos países da área euro, ou seja, todos os EM da UE, mais aqueles que voluntariamente vierem a aderir ao SSM (Carmassi, 2015).

Desta forma, à SRB fica confiada uma vasta gama de poderes sobre o processo de resolução, por um lado, e sobre a sua preparação e prevenção, por outro, tendo ainda

poderes para agir na intervenção precoce. É responsável pela elaboração dos planos de resolução e pela adoção de todas as decisões que estejam relacionadas com a resolução dos: (1) grupos bancários transfronteiriços; (2) bancos sistémicos como define o regulamento do SSM e (3) bancos não sistémicos em que o Banco Central Europeu (BCE), como supervisor bancário, decida exercer diretamente os seus poderes de fiscalização (Parlamento e Conselho, 2014a).

Neste âmbito, o Regulamento nº. 806/2014 (SRMR), em conjunto com a Diretiva 2014/59/UE (BRRD), irá ajudar na resolução daquelas instituições, caso se torne necessário. Se as autoridades concluírem que uma instituição financeira se está a deteriorar ou que está próxima da insolvência, passa a ser necessária a ocorrência de uma intervenção, a que se chama Resolução Bancária. Deste modo, para que as autoridades correspondentes decidam intervir, têm de estar reunidas um conjunto de circunstâncias que vêm apresentadas de seguida (Parlamento Europeu e Conselho, 2014a):

- Quando a instituição está a falhar, ou se espera que venha a falhar num futuro próximo;
- Quando o setor privado como alternativa ou outro tipo de intervenção não são suficientes para resolver o problema, seja por falta de tempo ou por outras questões significativas de procedimentos;
- Quando as insolvências regulares promovem o risco de instabilidade financeira, não protegem os depositantes, investidores e os interesses dos clientes e quando essas resoluções implicam um custo nos fundos públicos.

As autoridades só devem intervir se as três condições forem observadas simultaneamente.

Para que haja uma minimização dos custos, bem como para que se evite uma destruição de valor, existem objetivos específicos que devem ser alcançados nas resoluções. Estes passam por garantir a continuidade das funções críticas, eliminar os efeitos negativos sobre o sistema financeiro, impedindo o contágio e preservando a disciplina de mercado, minimizar o uso de fundos públicos, proteger os depositantes e investidores cobertos, e, por fim, defender os fundos e ativos dos clientes (Parlamento e Conselho, 2014a).

Também o SRMR apresenta um Fundo Único de Resolução (SRF), à luz do apresentado pelo BRRD (para os fundos nacionais de resolução), com o objetivo de facilitar a realização das tarefas de resolução, e nunca com a finalidade de socorrer o banco, os seus acionistas e credores. Os recursos financeiros do fundo devem chegar a 1% dos depósitos cobertos de todas as instituições de crédito em todos os EM participantes (Parlamento e Conselho, 2014a), estimando-se que deva chegar a uma capacidade a rondar os 55 mil milhões de euros (Carmassi, 2015).

### **2.2.2 O EDIFÍCIO LEGISLATIVO AMERICANO (*DODD-FRANK*)**

Nos Estados Unidos da América, a Lei *Dodd-Frank* (DFA) foi criada para fazer face a diversos objetivos. Estes incluem, restaurar a confiança do público no sistema financeiro, evitar outra crise financeira, e permitir que qualquer bolha de ativos futura, seja detetada e esvaziada de forma atempada, para que não se desencadeie uma nova crise (Skadden *et al*, 2010).

A nova Lei introduziu grandes mudanças no quadro para a resolução das instituições financeiras. O âmbito de aplicação das novas regras abrange grupos bancários sistémicos



e instituições financeiras não-bancárias sistémicas: *holdings* bancárias com pelo menos 50 biliões US \$ de ativos totais consolidados, e empresas financeiras não-bancárias designadas como "sistémicas" pelo Conselho de Supervisão de Estabilidade Financeira, e consequentemente, colocados sob a supervisão da Reserva Federal (FED). Em conjunto, estes dois grupos constituem a categoria das Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes (SIFIs) (Carmassi, 2015).

**Tabela II - SIFIs**

Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes (SIFIs)	
<i>Holdings</i> Bancárias com 50 biliões US \$ de ativos totais consolidados	Empresas financeiras não-bancárias
Instituições financeiras que a DFA abrange	

Fonte: Carmassi (2015)

O novo regime de resolução SIFIs é baseado em dois pilares, incluídos nos Títulos I e II do DFA.

#### 2.2.2.1 TÍTULO I

O primeiro pilar do novo regime de resolução está incluído no Título I da DFA (com foco na estabilidade financeira), e criou o Conselho de Supervisão da Estabilidade Financeira (FSOC), para identificar e atenuar as ameaças à estabilidade financeira dos EUA. Desta forma, um dos grandes impulsos da DFA visa abordar o problema do “*too-big-to-fail*” e mitigar a ameaça para a estabilidade financeira, colocada pelas SIFIs (Bernanke, 2011).

Especificamente, introduziu às SIFIs a obrigação de preparar e apresentar à Reserva Federal (FED) e ao FDIC (Federal Deposit Insurance Corporation) os seus "planos de resolução", também conhecidos como "testamentos em vida" (“*living wills*”) ou

“testamentos”. Nesses planos, que devem ser apresentados também pelas Non-US SIFIs com operações relevantes nos Estados Unidos, as instituições financeiras são obrigadas a ilustrar estratégias *ex-ante* e medidas de resolução com base em processos de falência ordinários que seriam implementados em caso de crise na instituição (Carmassi, 2015).

A FED e o FDIC publicaram em Novembro de 2011, as normas de execução sobre a estrutura e conteúdo dos testamentos, e, em Agosto de 2014, rejeitaram os testamentos apresentados por 11 grandes grupos bancários (o chamado grupo dos “primeiros servidores de dados”), afirmando que os planos não eram credíveis, nem facilitavam uma resolução ordenada com base no código de falência, bem como não se mostravam suficientes para excluir de forma realista a necessidade de apoio público, caso se viesse a suceder uma crise (Carmassi, 2015).

Desta feita, os reguladores dos EUA introduziram, ao contrário de outras jurisdições, a exigência de uma secção pública de planos de resolução, e têm exigido que os bancos façam alterações específicas nos seus testamentos, sendo portanto, esperadas melhorias nos próximos tempos. Os 11 grupos bancários deveriam, até 1 de Julho de 2015, adotar uma série de medidas que fortalecessem os seus planos de resolução, satisfizessem os pedidos dos reguladores e evitassem a sua intervenção em termos de requisitos regulamentares adicionais ou alienação de ativos. Essas medidas incluem (Carmassi, 2015):

- i) a simplificação da estrutura societária, tentando alinhar tanto quanto possível, pessoas jurídicas e linhas de negócio, a fim de facilitar a resolução;
- ii) a adoção de uma estrutura de *holding* que apoia a resolutividade;
- iii) a salvaguarda, na fase de resolução, da continuidade de funções e serviços que suportem as operações críticas e as principais linhas de negócio;

iv) a alteração de alguns contratos financeiros, para garantir a sua "estadia" em caso de insolvência;

v) uma demonstração das capacidades operacionais em termos de preparação para a resolução, por exemplo, no que diz respeito à capacidade de gerar rapidamente informações confiáveis.

No geral, os planos de resolução podem - e devem - desempenhar três funções fundamentais: (i) prestação *ex-ante* aos supervisores e às autoridades de resolução com uma descrição detalhada da estrutura e do funcionamento das instituições financeiras, o que pode servir como "guia" na resolução; ii) aumentar a transparência e reforçar a disciplina de mercado; iii) incentivar os bancos a reduzirem a sua complexidade e simplificar as suas estruturas corporativas. A rejeição dos testamentos por parte da FED e do FDIC, em Agosto de 2014, sugere que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançar estes três objetivos (Carmassi, 2015).

Em relação ao objetivo da transparência, as seções públicas dos testamentos poderiam desempenhar um papel muito importante na melhoria da qualidade e quantidade de informação disponível para os credores e contrapartes, fortalecendo assim a disciplina de mercado. Esta função é particularmente importante dado que as instituições financeiras que devem apresentar os testamentos são precisamente aquelas consideradas potencialmente "*too-big-to-fail*" (Carmassi, 2015).

## 2.2.2.2 TÍTULO II

O Título II da DFA, fornece uma autoridade de *backup*, chamada de "Autoridade de Liquidação Ordenada" (OLA), que sendo gerida pelo FDIC, tem como objetivo principal preservar o valor da continuidade, através da divisão da empresa financeira num bom e num mau banco, em que os bons ativos e os passivos presentes no escalão mais alto de prioridade de reembolso, serão transferidos para uma nova instituição ponte. A instituição ponte passa a assegurar a continuidade das funções essenciais e sistémicas da empresa, até que a totalidade ou parte do negócio possa ser vendida a um terceiro. O mau banco será liquidado ao longo do tempo com o objetivo de maximizar o valor dos ativos dos credores nele deixados para trás (Carmassi, 2015).

Ao abrigo do mesmo título, o secretário do Tesouro nomeou o FDIC como o recetor de uma empresa financeira se (US Congress, 2010):

- se determinar que a mesma se encontra em “*default*” ou perigo de falência;
- não existem alternativas viáveis do setor privado para evitar a falência;
- a resolução, sob procedimentos de resolução comuns, mostrar sérios efeitos adversos sobre a estabilidade financeira (determinação do risco sistémico).

A OLA alargou às SIFIs os poderes de resolução especiais que o FDIC já detinha para as instituições depositárias, antes da DFA, embora, apresente agora algumas diferenças que se mostram significativas: a OLA só pode ser utilizada em condições extremas, com riscos de problemas sistémicos, sendo uma solução de *backup* que só poderá ser ativada, caso estejam reunidas várias condições e caso estas sejam verificadas pelas autoridades competentes em várias etapas (Carmassi, 2015).

Caso o banco de transição não possa captar os recursos necessários no mercado, o FDIC pode contrair empréstimos de Tesouro num montante que não venha a exceder aquilo que espera vir receber na disposição final da instituição ponte. Contudo, se estes recursos não forem suficientes, o FDIC pode impor uma avaliação especial sobre as empresas financeiras com mais de 50 biliões US \$ de ativos, numa lógica clara de proteção do dinheiro dos contribuintes (Carmassi, 2015).

#### 2.2.2.3 OUTROS TÍTULOS

Para além dos títulos (I e II) analisados, que foram considerados os mais importantes, e que por isso, mereceram um estudo mais aprofundado, a DFA aborda outros tópicos, como os Mercados de Capitais e Proteção do Investidor, a Governação e Remuneração ou aspetos relativos à Defesa dos Consumidores (tratada mais à frente), à Regra de Volcker e aos Derivativos (mercado de derivados).

### **III – METODOLOGIA E DADOS**

#### **3.1 METODOLOGIA GLOBAL**

##### **3.1.1 TIPO DE ESTUDO**

O trabalho apresentado, denominado de dissertação, tem por base um estudo maioritariamente reforçado pela análise de documentos de cariz técnica, com vista à avaliação dos novos modelos de resolução, que começaram a surgir após a grande crise de 2008.

Primeiramente, para orientar todo o estudo que se pretendeu fazer, foi realizada uma análise teórico/documental com base em artigos, relatórios e leis, focando todo o novo enquadramento regulatório da Europa e dos EUA.

De seguida, exploram-se alguns dos mecanismos de resolução presentes nos diferentes edifícios legislativos estudados, e faz-se também uma análise comparativa das duas novas legislações.

O trabalho foca-se num estudo exploratório de cariz Qualitativo, uma vez que, com base na literatura, é seu objetivo, observar toda a nova dinâmica de processos que se vêm a realizar no pós crise. Assim e de forma a explicitar características dos estudos de natureza qualitativa, apresenta-se em anexo a tabela VI.

##### **3.1.2 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO**

O desenvolvimento do trabalho está dependente da(s) pergunta(s) de partida, que são o guia a seguir para que todos os passos nele realizados tenham uma orientação correta, a fim de se tirarem as conclusões necessárias e elaborar um trabalho com valor acrescentado.

Assim, aquilo que se pretende com a elaboração deste trabalho, é perceber se, as últimas alterações nas novas regulações, principalmente em relação à proteção do cliente e ao Risco Sistémico, foram significativas.

- Os clientes ficaram ou não mais protegidos?
- O Risco Sistémico ficou mais salvaguardado?

### **3.2 METODOLOGIA APLICADA NO ESTUDO TEÓRICO**

Para todo o desenvolvimento do estudo teórico, foi necessário ir em busca de conhecimentos que apresentem valor científico, pelo que, na procura, se recorreu aos meios mais adequados para a sua obtenção: artigos, teses e relatórios, adquiridos através de adequados repositórios científicos. Recorreram-se também a leis e decretos, para perceber a legislação inerente ao tema, bem como as suas restrições.

### **3.3 METODOLOGIA APLICADA NO ESTUDO EMPÍRICO**

#### **3.3.1 OBJETO DO ESTUDO**

O estudo empírico, e na continuação daquilo que foi sendo analisado no Capítulo II, vai tentar perceber se as novas leis têm, agora, novas preocupações, após a crise, como aquelas que são apresentadas pelas perguntas de partida. Pelo que, o objeto do estudo passa pela análise dos novos documentos regulatórios que surgiram na Europa e EUA, após a crise, como a União Bancária e a Lei *Dodd-Frank*, respetivamente.

### 3.3.2 INSTRUMENTOS DE MEDIDA

Para uma real efetivação do estudo, importa então continuar a perceber toda a literatura sobre os diferentes quadros regulatórios, com vista à resposta das perguntas de partida, e posteriormente, fazer uma avaliação e comparação das leis que constituem a União Bancária da Europa, confrontando-as com a lei *Dodd-Frank* dos EUA.



## **IV – ANÁLISE DE RESULTADOS**

### **4.1 OS MECANISMOS DE RESOLUÇÃO**

Os novos quadros legislativos incorporam mecanismos de resolução que ganham novas preocupações: a proteção dos clientes e o controlo do risco sistémico ganham, aquando da crise de 2008, contornos nunca antes vistos, sendo estes, um dos principais focos que os novos enquadramentos regulatórios apresentam. Neste sentido, procura-se aqui, elucidar um pouco mais sobre a importância de cada um deles.

#### **4.1.1 A PROTEÇÃO DOS CLIENTES**

O fenómeno da “corrida aos bancos” acontece porque, aquando de uma crise, os investidores temem perder os seus depósitos, entrando num pânico generalizado. A proteção dos clientes torna-se assim numa peça importante das resoluções bancárias, devido à suspeita das instituições, bem como as preocupações do sistema financeiro em torno da liquidez (Leão, 2014).

É notório que, com as consequências pós-crise, que culminaram com a criação dos novos regulamentos, revistos anteriormente, passaram a existir novas preocupações, ou, pelo menos, começou a ser dada uma maior importância à proteção dos clientes/depositantes.

Contudo, este assunto, não começou a ser tratado somente depois da última crise. A temática das garantias de depósitos começou, na União Europeia (UE), com a Diretiva 94/19/CE, do Parlamento Europeu e Conselho da Europa, em 1994, exigindo que cada depositante tivesse os seus depósitos agregados, cobertos por 20.000 €, para pelo menos 90% do valor do depósito, sendo que, em Março de 2009, a Diretiva 2009/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho da Europa, fazendo uma revisão à diretiva

anteriormente mencionada, alterou o valor da cobertura para os 50.000 €, a fim de melhorar a confiança dos depositantes, e, aumentando-a, em 2010, para um valor que se encontra atualmente fixado em 100.000 €. Este aumento foi motivado pela disparidade das taxas de cobertura nos países da UE, que poderiam levar os depositantes a “fugir” dos países com coberturas mais baixas, para outros onde a cobertura fosse mais elevada. Desta forma, procurou-se um nível harmonizado de cobertura, necessário para não existirem distorções de concorrência.

Para que, na Europa, haja realmente uma verdadeira União Bancária, torna-se necessária a instalação de um sistema de garantia de depósitos compartilhado, que, como mostrado anteriormente, seria o terceiro pilar desta União.

Para se perceber a importância da proteção dos clientes, nos novos quadros regulatórios, cita-se o Parlamento Europeu e Conselho (2014a, p.15): *“Dado que a proteção dos depositantes cobertos é um dos objetivos mais importantes da resolução, os depósitos cobertos não deverão estar sujeitos ao exercício do instrumento de recapitalização interna. (...) O exercício dos poderes de recapitalização interna deverá assegurar que os depositantes mantenham o acesso aos seus depósitos, principal motivo para o estabelecimento dos sistemas de garantia de depósitos. Não prever o envolvimento desses sistemas nos casos em apreço constituiria uma vantagem desleal em relação aos restantes credores que fossem abrangidos pelo exercício desses poderes pela autoridade de resolução.”*

Também nos EUA houve uma preocupação com o aumento da Defesa do Consumidor, sendo aliás um elemento-chave da Lei *Dodd-Frank*, estabelecendo uma nova estrutura regulatória federal para a proteção dos consumidores.

Desde 1934 que os EUA têm uma instituição independente no seu Governo, o Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), que protege todos os depositantes dos bancos localizados nos Estados Unidos, contra a perda dos seus depósitos se um dos bancos segurados, falhar. Cobre as contas dos depositantes em cada um dos bancos segurados, incluindo quaisquer juros acumulados até à data de encerramento do banco e até ao limite do seguro, que se fixa em 250.000 US \$ por depositante. Contudo, o mesmo seguro, não cobre os investimentos, mesmo que tenham sido comprados num banco seguro (FDIC, 2014).

**Tabela III – As coberturas do FDIC**

Coberto pelo FDIC	Não coberto pelo FDIC
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Contas Corrente</li> <li>• Contas de Ordem Negociável de Retirada (NOW)</li> <li>• Contas Poupança</li> <li>• Contas de Depósito do Mercado Monetário (MMDA)</li> <li>• Os depósitos a prazo, tais como certificados de Depósito (CDs)</li> <li>• Cheques bancários, ordens de pagamento e outros itens oficiais emitidos por um banco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos em Ações</li> <li>• Investimentos em Obrigações</li> <li>• Fundos de Investimentos</li> <li>• Apólices de Seguros de Vida</li> <li>• Anuidades</li> <li>• Títulos Municipais</li> <li>• Os cofres ou seus conteúdos</li> <li>• Contas de Tesouro, títulos ou notas</li> </ul>

Fonte: FDIC, 2014.

Por outro lado, surgem agora mais e novas preocupações, como o Título X da Lei Americana que cria uma nova Agência de Proteção Financeira do Consumidor (CFPB), fornecendo um novo serviço independente dentro do Federal Reserve Board (FRB), para o qual são transferidos amplos poderes, com a finalidade de implementar e gerir um novo regime de regulação financeira, tendo autoridade para examinar grandes prestadores de serviços a consumidores, incluindo *holdings* bancárias, instituições de depósitos, credores hipotecários, corretores e administradores (Mayer Brown LLP, 2010).

Assim para além de uma supervisão aos grandes bancos, vai avançando para instituições não bancárias, obrigando os mesmos a melhorias constantes, incluindo aqui os Sistemas de Gestão de Conformidade (CMS), que requerem políticas, procedimentos, treino, monitorização e auditorias eficazes, bem como uma agregação e comunicação dos dados ao nível do cliente (como reclamações de clientes). Desta forma os sistemas são postos em prática para reforçar o cumprimento e identificar, analisar e corrigir problemas, caso ocorram (Deloitte, 2015).

Além disso, a Lei *Dodd-Frank* limita a autoridade do Escritório Controlador da Moeda (OCC), na tentativa de antecipar a aplicabilidade da legislação da defesa do consumidor aos bancos nacionais e instituições de poupança federais, e dá aos estados o direito não só de fazer cumprir as suas próprias leis de defesa ao consumidor contra esses bancos e *thrifts*, mas também fazer cumprir as regras e regulamentos do CFPB. A criação de uma agência de proteção financeira do consumidor é uma pedra angular do plano da Administração Obama, que pretende solucionar falhas percebidas por parte dos reguladores bancários contra o consumidor, nos anos que antecederam a crise financeira (Mayer Brown LLP, 2010).

Por outro lado, o Título XIV da Lei *Dodd-Frank* prevê a regulamentação das atividades de empréstimos hipotecários residenciais nos Estados Unidos, tentando solucionar muitos dos abusos observados no mercado de crédito hipotecário *subprime* e que ajudaram a causar a crise financeira. No entanto, as alterações não estão limitadas a empréstimos *subprime* ou hipotecas de taxa ajustável, tendo, entre outras coisas, disposições relativas à proteção de hipotecas residenciais que exigem aos credores uma avaliação da capacidade dos mutuários para pagarem as suas hipotecas, e proíbem uma variedade de práticas de empréstimo hipotecário, tais como o “*steering*” dos mutuários

em alguns tipos de hipotecas e determinados acordos de compensação das hipotecas originais, como os “yield spread premiums” (YSPs) (Mayer Brown LLP, 2010).

Os sistemas de garantia de depósitos tendem a servir dois objetivos: (1) proteger os depositantes contra a perda dos seus depósitos em caso de insolvência da instituição, e mais importante, (2) garantir a estabilidade do sistema financeiro, de modo a evitar o risco sistémico (Colaert, 2015). Segundo o autor, há três elementos que terão de existir num sistema de garantia de depósitos, de forma a inspirar a confiança dos depositantes, e, portanto, garantir também a estabilidade bancária. Em primeiro lugar, a cobertura concedida deve ser suficientemente elevada. Em segundo, o período de pagamento deve ser curto, de modo a que os depositantes não corram riscos de espera pelo pagamento, por um período substancial de tempo. E, por fim, o financiamento do regime deve ser adequado, com o objetivo de encontrar os meios necessários à garantia de um pagamento atempado.

Assim, estando à vista a insolvência iminente de uma instituição financeira, o sistema de garantia de depósitos vai intervir para cumprir com as obrigações da instituição perante os seus depositantes, até um determinado montante, que no caso Europeu são os 100.000 € e no caso Americano os 250.000 US \$ (Colaert, 2015).

Existem, contudo, algumas críticas às garantias de depósitos, devido ao aumento da tomada de risco pelos bancos e à instabilidade posteriormente superior, criando um risco moral (Demirgüç-Kunt e Detragiache, 2002).

#### 4.1.2 O RISCO SISTÊMICO

O Risco Sistémico é um dos aspetos mais importantes a serem tratados pelas autoridades aquando de uma Resolução Bancária, uma vez que as implicações nefastas de uma crise bancária sistémica são sentidas não só no setor financeiro, mas também sobre a economia como um todo, com a instabilidade do sistema bancário a causar elevados custos na economia. É também por este motivo, que, nas leis analisadas, o risco sistémico se torna num dos fatores que ganha maior relevância, tentando agora, encontrar-se novos mecanismos que promovam a sua ausência.

**Tabela IV – Definições de Risco Sistémico**

<b>Risco Sistémico</b>	
<u>Autor</u>	<u>Definição</u>
Kaufman (2000)	<i>“Probabilidade de colapso de todo o sistema, causado pela falha de frações individuais. As interdependências entre os diferentes bancos enfatizam esta ameaça para o sistema financeiro”</i>
Banco Central Europeu (2010)	<i>“Risco generalizado nas redes financeiras”</i>
Group of Ten (2001)	<i>“Externalidades”</i>
Financial Stability Board (2009)	<i>“Impacto sobre a economia”</i>
Caballero (2010)	<i>“Desequilíbrios nos Fluxos de Capital”.</i>

Fonte: elaborado pelo autor

Para uma melhor compreensão, entenda-se por crise sistémica (Parlamento Europeu e Conselho, 2014b, p.213): *“uma perturbação do sistema financeiro suscetível de ter consequências negativas graves no mercado interno e na economia real. Todos os tipos de intermediários, de mercados e de infraestruturas financeiros são, até certo ponto, potencialmente importantes a nível sistémico.”*

Na Europa, foi criado em 2010, através do Regulamento nº 1092/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, o Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB), pelo que, anos antes de terem sido lançadas as duas principais leis Europeias aqui anteriormente analisadas, já havia, após a crise de 2008, uma preocupação no combate ao Risco Sistémico. Desta forma, a missão do ESRB “(...) *deverá consistir em monitorizar e avaliar o risco sistémico em períodos normais, com o objectivo de atenuar a exposição do sistema ao risco de falência de componentes sistémicos e aumentar a resistência do sistema financeiro aos choques. Neste sentido, o ESRB deverá contribuir para assegurar a estabilidade financeira e atenuar os impactos negativos no mercado interno e na economia real. Para atingir os seus objectivos, o ESRB deverá analisar todas as informações relevantes*” (Parlamento Europeu e Conselho, 2010, p. 2).

De qualquer das formas, tando a BRRD como o SRMR, encontram-se em clara sintonia com o ESRB, fazendo várias referências de que as autoridades competentes de resolução deverão tomar em consideração os alertas e recomendações dirigidos pelo ESRB (Parlamento Europeu e Conselho, 2014a, 2014b).

Nos EUA, sendo o controlo do risco sistémico o tema mais abordado ao longo da DFA, determinou-se a criação do Conselho de Supervisão da Estabilidade Financeira (FSOC), onde, a função primordial passava por identificar sinais precoces de acumulação de desequilíbrios que pudessem conduzir a uma crise sistémica, tomando as providências necessárias para evitar o desenvolvimento de uma possível crise (US Congress, 2010).

Para melhor se perceberam as condicionantes da mais recente crise, compararam-se os seus custos com os das crises bancárias anteriores em relação a três vetores - os custos fiscais diretos, os custos de produção e o aumento da dívida pública – denotando-se que os custos fiscais são significativamente mais baixos, chegando a metade das despesas

registradas, quando comparados com as crises passadas. Pelo contrário, as perdas de produção tiveram um aumento em 5% do PIB, em comparação com os valores mais antigos das outras crises, e, o aumento da dívida pública das recentes crises (em relação ao PIB), quando comparado com a informação das crises passadas, eleva-se para mais 8% do PIB (Laeven e Valencia, 2010).

Deste modo, os mesmos autores (Laeven e Valencia, 2010) referem algumas razões para a redução do custo fiscal entre a crise mais recente e crises mais antigas, que passam pela especificidade de que vários países, altamente desenvolvidos e com grandes instituições financeiras, foram afetados pela crise, pedindo intervenção das autoridades. Desta feita, as intervenções foram mais rápidas e realizadas de uma forma muito mais atempada, contribuindo para a redução das despesas fiscais de recapitalizações, tendo havido uma grande variedade de procedimentos que indiretamente apoiaram o sistema financeiro, como por exemplo as garantias do Estado. Por outro lado, as desvantagens do uso das medidas indiretas de apoio ao sector financeiro são evidentes no aumento da dívida pública e na preocupação com o orçamento, ajudando a elucidar o motivo pelo qual as perdas de produção foram mais elevadas.

Contudo, é difícil separar os custos existentes nas crises bancárias em relação às recessões, uma vez que, a relação entre ambos não é muito clara, tornando-se difícil de provar se os custos de produção são causados primeiramente pela crise bancária, ou se a recessão, causou, em primeiro lugar, a crise bancária (Hoggarth *et al*, 2002).

Os custos sofridos pela economia tendem a ser divididos em dois tipos de perdas: os custos fiscais e os custos de produção. Os custos de uma crise bancária, em termos de perdas propriamente ditas, passam, em média, dos 15 para os 25% do PIB anual (Hoggarth *et al*, 2002).



Assim, o Risco Sistémico fica por regra ligado à crise bancária e à moeda.

#### **4.2 ANÁLISE COMPARATIVA DOS ENQUADRAMENTOS REGULATÓRIOS**

Como visto ao longo de todo o trabalho, a crise de 2008, veio alterar em muito os sistemas financeiros e o seu modo de funcionamento, tendo sido identificadas as lacunas que mais consequências apresentavam sobre a economia real.

Contudo, os esforços realizados nos EUA e na Europa, nem sempre seguiram as mesmas vias, em parte, devido a medidas que já haviam sido tomadas pelos mesmos em crises passadas.

Desde já, fica perceptível uma grande diferença: nos EUA, a preocupação das autoridades responsáveis, e do próprio governo, passava pela criação de uma reforma financeira capaz de combater os pontos mais negativos, e que por isso se destacaram aquando da eclosão da crise. Por outro lado, na Europa, promoveu-se uma união bancária, protegendo os países aderentes de enfrentarem as consequências da crise de uma forma individual.

Foi precisamente por esta individualidade que os Estados-Membros Europeus sofreram, naquela que se transformou, de uma crise financeira, numa crise económica, com mercados financeiros encerrados (ou perto disso), sem liquidez no mercado interbancário e com as dívidas públicas a aparecerem nas notícias do dia dos mercados financeiros.

Ficava portanto, comprovado que, apesar de na área monetária se terem feito bons progressos (desde a sua criação), existia ainda muito trabalho a ser realizado na tentativa de se melhorar, quer a área financeira, quer a área bancária, tendo sido nesse sentido que surge também a proposta de uma união bancária a nível europeu.

Umas das grandes diferenças entre as duas uniões bancárias (se assim se podem chamar) passa pela singularidade de que, no caso Europeu, antes de se avançar com a definição dos três pilares, havia a necessidade de se construírem alguns mecanismos, de forma urgente, fazendo com que no início da atividade da união bancária, estivessem reunidas condições favoráveis de apoio a todas as suas funções. É neste sentido que nascem o Mecanismo de Supervisão Única e o Mecanismo de Resolução de Crises. Assim, poder-se-á também concluir que, o processo de revolução a que ainda hoje se assiste nestas duas áreas monetárias, estaria mais simplificado nos EUA.

Está presente que na Europa existe um caminho mais longo e árduo a ser percorrido, como a construção de uma união bancária assim o pede, tendo de ser mais cuidada, uma vez que uma reforma financeira com estes contornos, engloba mais alterações à sua arquitetura.

Se se fizer uma análise das duas reformas, é notório que no caso americano os desenvolvimentos parecem ser realizados a uma maior velocidade, com as autoridades competentes a já saberem que medidas tomar, se calhar pelo histórico bem presente das crises que os EUA passaram, e que lhes permite deter uma maior experiência na resolução das crises, sem terem de esperar que uma autoridade mundialmente reconhecida, apresente uma proposta de reforma. O caso Europeu, por sua vez, foi mais guiado pelo novo acordo de Basileia (o Basileia III).

Para que, situações como estas não se voltem a repetir, será essencial que, entre as principais áreas monetárias (e os principais países), haja uma maior homogeneidade nas reformas financeiras, e que se tentem aproximar os diferentes indicadores sem que se encontrem grandes discrepâncias.

**Tabela V – Comparações entre Reformas**

EU	EUA
<p><b><u>União Bancária:</u></b></p> <p>A União Bancária começa a ser organizada através da SSM (pilar I), um Mecanismo Único de Supervisão individual, bem como através de dois diplomas legislativos fundamentais (Pilar II): a BRRD, que visa promover a harmonização das regras de resolução dos bancos, e o SRM, que introduz um Sistema de Resolução de Bancos Europeus (Parlamento Europeu e Conselho, 2014a, 2014,b).</p>	<p><b><u>Lei Dodd-Frank:</u></b></p> <p>A DFA foi criada para fazer face a diversos objetivos: restaurar a confiança do público no sistema financeiro, evitar outra crise financeira e detetar e debelar de forma atempada uma nova bolha de ativos que possa surgir futuramente, evitando nova crise (Skadden <i>et al</i>, 2010). Neste âmbito, o novo quadro focou-se em grande parte nos grandes grupos bancários e instituições financeiras não-bancárias (Instituições Financeiras Sistemicamente Importantes – SIFI's) (Carmassi, 2015).</p> <p>Para isso foi criado o FSOC, um dos grandes pilares da DFA, identificando e atenuando as ameaças à estabilidade financeira (Título I).</p>
<p><b><u>Resolução:</u></b></p> <p>A união Bancária, através da BRRD, prevê quatro ferramentas de resolução, depois de iniciado o seu processo numa instituição. A Venda do Negócio, vendendo a totalidade ou parte da instituição. A Instituição Ponte, colocando os bons ativos e funções-chave numa nova instituição. A Separação dos Bens, em que os maus ativos são colocados num veículo de gestão de ativos. E por fim, o <i>Bail-in</i>, em que o banco é recapitalizado, convertendo os instrumentos de dívida em capital, reduzindo os credores e eliminando os acionistas (Carmassi, 2015).</p>	<p><b><u>Resolução:</u></b></p> <p>Na DFA, o Título II, fornece uma autoridade de <i>backup</i>, a Autoridade de Liquidação Ordenada (OLA), que tem como objetivo principal preservar a continuidade da instituição, dividindo-a num bom e mau banco, em que os bons ativos e os passivos com maior prioridade de reembolso passam para uma nova instituição que assegura as funções essenciais e sistémicas da mesma (Carmassi 2015).</p>
<p><b><u>Risco Sistémico:</u></b></p> <p>O Comité Europeu do Risco Sistémico (ESRB) deverá monitorizar e avaliar o Risco Sistémico, com o objetivo de atenuar a exposição do sistema ao risco de falência de componentes sistémicos, e aumentar a resistência do sistema financeiro aos choques (Parlamento Europeu e Conselho, 2010).</p>	<p><b><u>Risco Sistémico:</u></b></p> <p>Na DFA, o Conselho de Supervisão e Estabilidade Financeira (FSOC), tem como função primordial identificar sinais precoces de acumulação de desequilíbrios que pudessem conduzir a uma crise sistémica, tomando as providências necessárias para evitar o seu desenvolvimento (US Congress, 2010).</p>
<p><b><u>Proteção dos Clientes:</u></b></p> <p>Na UE está estabelecida a proteção aos clientes/depositantes, caso um banco venha a falir, fixada pelo montante de 100.000€ por depositante. Contudo, para que na Europa se concretize uma verdadeira União Bancária, torna-se necessária a instalação de um Sistema de Garantia de Depósitos compartilhado (Pilar III) (Parlamento Europeu e Conselho, 2009).</p>	<p><b><u>Proteção dos Clientes/Consumidores:</u></b></p> <p>Nos EUA o FDIC, instituição que protege os depositantes dos bancos segurados, assegura em caso de falência de uma instituição bancária, o montante de 250.000 US \$ por depositante (FDIC, 2014).</p> <p>Por outro lado, a DFA cria a CFPB (Título X), transferindo para ela amplos poderes de forma a gerir um novo regime de regulação financeira, examinando grandes prestadores de serviços a consumidores, e noutro título da mesma lei (XIV), prevê a regulação dos empréstimos hipotecários residenciais, uma das principais causas da crise financeira de 2008 (Mayer Brown LLP, 2010).</p>

Fonte: elaborado pelo autor

## V - CONCLUSÕES

Os novos quadros de resolução de crises, adotados pela União Europeia e pelos EUA, representam um marco significativo na história da regulação bancária e financeira.

Apesar de algumas diferenças notórias entre ambos, é de ressaltar que a crise trouxe novas correntes de pensamento e alterou alguns dos paradigmas, com o controlo do risco sistémico a ser um dos temas (se não o tema) mais abordado ao longo das referidas leis, quando, anteriormente, a regulação prudencial mais tradicional, apontava para a instituição individual.

Por outro lado, também a proteção do cliente/consumidor mereceu particular destaque, sendo um dos objetivos principais a combater aquando da insolvência de uma instituição, protegendo-se os depositantes contra a perda dos seus depósitos, e como consequência maior, garantindo a estabilidade do sistema financeiro.

Importa agora, verificar se as novas regras entrarão em vigor e se conseguirão erradicar o problema do “*too-big-to-fail*”, bem como fazer com que um fracasso, mesmo que das maiores instituições financeiras, seja possível sem repercussões sistémicas e sem nenhum custo para os contribuintes: provavelmente só a próxima crise será esclarecedora acerca do conjunto complexo de regras criadas pelos legisladores e reguladores, a fim de se verificar se se vão atingir essas metas.

Um dos principais desafios tem a ver com resolução das instituições financeiras grandes, complexas e transfronteiriças: os bancos globais sistemicamente importantes não operam apenas nos Estados Unidos ou na União Europeia, sendo altamente diversificados geograficamente. Mesmo quando os quadros de resolução dos EUA e da UE trabalharem da melhor forma possível nas suas respetivas jurisdições, pode ser difícil de prever o que irá acontecer em termos de cooperação transfronteiriça, tendo em conta, por exemplo, que

os grandes grupos bancários da UE têm grandes operações nos Estados Unidos e vice-versa. De qualquer forma, a importância e o valor histórico das novas regras não deve ser subestimado, e a velocidade com que eles têm sido adotados é certamente notável, especialmente na Europa.

O caminho que a UE terá de percorrer será, comparativamente aos EUA, mais longo e incerto, na medida em que nos EUA existem algumas estruturas facilitadoras, como uma constituição parcialmente igual para todos os estados, um orçamento comum, uma única cultura ou uma única língua, entre outros, que tendem a gerar condições mais favoráveis para a realização das mudanças necessárias no setor financeiro.

Não sabendo ao certo em que moldes o sistema financeiro Europeu continuará a caminhar pela construção de uma união bancária sólida e eficaz, de acordo com a análise feita, este parece constituir o caminho a seguir no médio/longo prazo.

Contudo, as novas legislações são substanciais em todo o seu comprimento, apresentando um longo alcance e levando a grandes mudanças na regulação das atividades dos serviços financeiros, bem como alterando a forma de condução dessas atividades pelos seus participantes, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional.

Não tendo quaisquer certezas de que o Risco Sistémico ficou claramente mais salvaguardado, ou que os Clientes/Consumidores ficaram efetivamente mais protegidos, quando comparado com o momento anterior à crise aqui estudada, é notória toda a preocupação ao longo das diversas leis analisadas ao longo de todo o trabalho, nas duas grandes áreas económicas. Assim, mesmo sem qualquer tipo de certeza, os procedimentos que estão a ser projetados no combate a futuras crises estão a caminhar para que daqui

em diante, o Risco Sistémico fique de certa forma mais mitigado, e para que os Clientes/Consumidores se sintam cada vez mais protegidos.

Em futuros trabalhos ou pesquisas, para além de se poder juntar às duas leis analisadas, a lei Britânica, e assim perceber quais as diferenças entre todas elas, seria interessante também, verificar qual a reação das respetivas economias aos novos quadros regulatórios correspondentes, e em particular, qual a reação europeia à criação da união bancária, averiguando-se, se possível, todos os custos que lhe estão implícitos.

Uma outra fonte apetecível de pesquisa seria tentar perceber, até que ponto é que os mais recentes países afetados pela crise, como a Espanha, o Chipre, a Irlanda ou a Islândia, tiveram nas suas resoluções, métodos que já vão ao encontro daquilo que são as linhas das novas leis elaboradas após a crise de 2008.

Como limitações do trabalho, é possível verificar que o mesmo poderia ter tido vários prolongamentos, como a análise em função da crise dos pequenos investidores, das instituições financeiras, dos acionistas ou dos credores, sendo que acabo por analisar somente os clientes/consumidores e o Risco Sistémico, pelo que poderia ter ficado mais completo neste ponto. Por outro lado, não tendo qualquer opinião ou entrevista de nenhum perito neste tipo de matéria, acaba também por aparecer outra limitação ao trabalho elaborado.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BCE (2010). Financial Networks and Financial Stability. *Financial Stability Review*, 155-160.

Barajas, A., Dell’Ariccia, G. e Levchenko, A. (2009). Credit booms: The good, the bad, and the ugly. Mimeo, IMF, Washington, DC.

Bernanke, B. S. (2011). Board of Governors of the Federal Reserve System. Us Senate, Washington, DC.

Bilhim, J., Amaro, F. e Moreira, C. D. (2010). *Manual de Metodologia das Ciências Sociais e Políticas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Brunnermeier, M. K. (2009). Deciphering the 2007–08 liquidity and credit crunch. *Journal of Economic Perspectives*, 23 (1), 77–100.

Caballero, R. J. (2010). The “Other” Imbalance and the Financial Crisis. Department of Economics. Massachusetts Institute of Technology. National bureau of economic research Working Paper, 15636.

Carmassi, J. (2015). New rules for bank crisis resolution in the European Union and the United States. *Istituto Einaudi (istein)*.

Claessens, S., Dell’Ariccia, G., Igan, D. e Laeven, L. (2010). Global Linkages and Global Polices: Cross-Country experiences and policy implications from the global financial crisis. *Economy Policy*, 267-293.

Claessens, S., Kose, A. e Terrones, M. (2009). What happens during recessions, crunches, and busts? *Economic Policy*, 60, 653–700.

Colaert, V. (2015). Deposit Guarantee Schemes in Europe: Is the Banking Union in need of a third pillar? *European Company and Financial Law Review*, 2015 (2).

Deloitte. (2015). Forward look Top Regulatory trends for 2015 in banking. *Deloitte Centre for Regulatory Strategies*, 1-16.

Demirgüç-Kunt, A. e Detragiache, E. (2002). Does Deposit Insurance Increase Banking System Stability? An Empirical Investigation. *Journal of Monetary Economics*, 49, 1373-1406.

FDIC. (2014). Your Insured Deposits. *Federal Deposit Insurance Corporation*, 001-2014, 1-25.

FSB (2009). Guidance to Assess the Systemic Importance of Financial Institutions, Markets and Instruments: Initial Considerations. *Financial Stability Board, Report to G-20 finance minister and Governors*.

FSB (2011). *Key Attributes of Effective Resolution Regimes for Financial Institutions*.

Group of Ten (2001). Effects of Consolidation on Financial Risk. *Report on Consolidation in the Financial Sector*, Chapter III.

Hoggarth, G., Reis, R. e Saporta, V. (2002). Cost of banking system instability: some empirical evidence. *Journal of Banking & Finance*, 26 (5), 857-860.

Hoggarth, G., Reidhill, J. e Sinclair, P. (2003). Resolution of Banking Crises: Theory and Evidence. Bank of England Working Paper, 229.

Kaufman, G. G. (2000). Banking and currency crises and systemic risk: Lessons from recent events. Economic Perspective. Federal Reserve Bank of Chicago.

Leão, J. E. C. (2014). Banking Resolution. Between the Systemic Risk and the Consumer Protection. Trabalho de fim de Mestrado em Finance. ISEG, Universidade de Lisboa.

Laeven, L. e Valencia, F. (2010). Resolution of Banking Crises: The Good, the Bad, and the Ugly. IMF Working Paper, 10/146.

Mayer Brown LLP. (2010). Understanding the New Financial Reform Legislation: The Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act. Versão online disponível em: [https://www.mayerbrown.com/public\\_docs/Final-FSRE-Outline.pdf](https://www.mayerbrown.com/public_docs/Final-FSRE-Outline.pdf), acesso em 03 de Março de 2015.



Parlamento Europeu e Conselho. (1994). Diretiva 94/19/CE de 30 de Maio. Jornal Oficial da União Europeia, nº L 135, 31/05/1994, 5-14. Versão online disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31994L0019&rid=1>, acesso em 14 de Abril de 2015.

Parlamento Europeu e Conselho. (2009). Diretiva 2009/14/CE de 11 de Março. Jornal Oficial da União Europeia, nº L 68, 13/03/2009, 3-7. Versão online disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32009L0014&from=PT>, acesso em 2 de Abril de 2015.

Parlamento Europeu e Conselho. (2010). Regulamento 1092/2010 de 24 de Novembro. Jornal Oficial da União Europeia, nº L 331, 15/12/2010, 1-11. Versão online disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32010R1092&rid=1>, acesso em 4 Maio de 2015.

Parlamento Europeu e Conselho. (2014a). Regulamento 806/2014 de 15 de Julho. Jornal Oficial da União Europeia, nº 225, 30/07/2014, 1-90. Versão online disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0806&rid=1>, acesso em 21 de Abril de 2015.

Parlamento Europeu e Conselho. (2014b). Diretiva 2014/59/UE, de 15 de Maio. Jornal Oficial da União Europeia, nº L 173, 12/06/2014, 190-348. Versão online disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014L0059&rid=1>, acesso em 21 de Abril de 2015.

Quaglia, L. (2013). Financial regulation and supervision in the European Union after the crisis. *Journal of Economy Policy Reform*, 16 (1), 17-30.

Reinhart, C., e Rogoff, K. (2009). The aftermath of financial crises. *American Economic Review*, 99, 466–72.

Skadden, Arps, Slate, Meagher e Flom LLP e Afiliados. (2010). The Dodd-Frank Act: Commentary and Insights.

US Congress. (2010). The Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act.  
*111th Congress of the United States of America*, July 15, 2010.

## ANEXOS

Tabela VI – Fases da Gestão de Crises Bancárias

Gestão de Crises Bancárias	
<u>Preparação e Prevenção</u>	Os bancos têm de preparar planos de recuperação e às autoridades de resolução é confiada a responsabilidade de preparar planos de resolução, tanto a nível do grupo, como para as instituições individuais dentro do grupo. Os grupos financeiros podem celebrar contratos de suporte intra-grupo, sob a forma de empréstimos, ou numa prestação de garantias. Duas outras funções atribuídas às autoridades de resolução são a avaliação da resolutividade e a identificação e eliminação dos obstáculos potenciais à resolutividade.
<u>Intervenção precoce</u>	A BRRD exige que os Estados-Membros dotem os supervisores nacionais com uma vasta gama de ferramentas de intervenção precoce, a serem acionadas aos primeiros sinais de fraquezas de uma instituição bancária. As autoridades podem obrigar os bancos a implementar medidas previstas no plano de recuperação, e têm o poder de nomear um gerente especial num banco por um período limitado.
<u>Resolução</u>	Quando a prevenção e a intervenção precoce se revelam insuficientes ou ineficazes, começamos, em seguida, com a resolução. O art. 34 da BRRD especifica os princípios gerais que devem reger a resolução, como a exigência de que os acionistas e credores devem suportar as primeiras perdas, que a gestão é substituída e as garantias de depósito totalmente protegidas; que os credores da mesma classe devem ser tratados de forma equitativa; e que nenhum credor deve sofrer perdas maiores do que no âmbito dos procedimentos de insolvência normais (princípio do "no-creditor-worst-off"). Os colégios de resolução devem ser estabelecidos sob a liderança da autoridade de resolução do grupo e com a participação da Autoridade Bancária Europeia (EBA).

Fonte: Parlamento Europeu e Conselho (2014b) e Quaglia (2013)

**Tabela VII – Estudos de Natureza Qualitativa**

<b>Paradigma Qualitativo</b>
Visão Subjetiva da realidade: não é possível apreender a realidade tal qual ela é – a apreensão da realidade é subjetiva (não existindo uma realidade, mas sim várias – a do investigador, a dos sujeitos investigados, a de quem lê, etc.).
O investigador é o principal instrumento de recolha de informação: o facto de ser ele e não outro a ouvir, sentir, ver, cheirar a realidade, condiciona o rumo e o resultado final da pesquisa.
Parte de objetivos e não de hipóteses de pesquisa.
O projeto de pesquisa não é vinculativo, no sentido em que evolui com o desenvolvimento da pesquisa (sobretudo devido ao contacto com o terreno) a preocupação não é medir a realidade, não é verificar se uma variável é causa/efeito de outra, mas sim compreendê-la.
A realidade é traduzida em frases, em textos, em imagens – não é quantificável. A escrita surge como um método, no sentido em que as opções linguísticas constroem realidades.
Recurso a técnicas qualitativas, tais como: observação direta participante, entrevistas qualitativas, focus group, testes projetivos, mapas mentais, conversas informais e histórias da vida. Apresentação dos dados sobre a forma de texto.
Os dados obtidos não são passíveis de extrapolação estatística mas sim teórica (em situações idênticas, é possível que se cheguem a resultados similares).
Recurso a amostras não-probabilísticas.
Nível micro (escala) – Interessam os casos concretos, interessa a pessoa humana, interessa a situação em que ocorre determinado fenómeno. No entanto, estes indivíduos não devem ser vistos como átomos (comportamentos isolados poderão ter interesse para a psicologia clínica, mas não para a maioria das ciências sociais), como peças únicas, mas sim como moléculas – várias situações ilustram um determinado tema.
Recurso a método comparativo (de que a realidade observada não seja tida como um átomo, mas sim como uma molécula, que funcionará como o tema estudado.

Fonte: Bilhim, Amaro e Moreira (2010)